



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Instituto de Previdência Municipal - IPM.
Aposentadoria por Invalidez com Proventos
Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, julgam-se legal o ato concessivo e correto o cálculo de proventos elaborado pela origem.

ACÓRDÃO AC2-TC-00926/2023

1. PROCESSO TC Nº: 17335/20

2. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA

2.1. – APOSENTANDO(A):

2.1.1.- NOME: ADRIANE APARECIDA CARDOSO

2.1.2.- QUALIFICAÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº **12801**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

2.2. – DATA DO ATO APOSENTATÓRIO: 05/08/2020

2.3. – DATA DA PUBLICAÇÃO: 05/08/2020

2.4. – AUTORIDADE EMITENTE: Presidente - IPM

3.RELATÓRIO DA AUDITORIA: Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor legalmente apto ao benefício, entendendo corretos os dados de tempo de serviço e o cálculo de proventos feito pela origem.

4.PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: oral, proferido na sessão.



Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, os *MEMBROS DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, na sessão realizada nesta data, ACORDAM, à unanimidade de votos, conceder registro ao ato aposentatório da servidora, **ADRIANE APARECIDA CARDOSO**, matrícula **Nº 12801** tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos de proventos feitos pela origem.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.

TCE- Sessão Ordinária Presencial e Remota da 2ª Câmara.

João Pessoa, 18 de abril de 2023

mgd

Assinado 26 de Abril de 2023 às 10:37



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 26 de Abril de 2023 às 10:30



Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 26 de Abril de 2023 às 10:54



Marcílio Toscano Franca Filho
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO